

**Projeto de Lei 28/2024**

Protocolo 39088 Envio em 26/08/2024 11:31:11

Torna obrigatória a publicação, no Portal da Transparência Municipal das horas extras dos servidores públicos municipais.

**Art. 1º.** Fica a Administração Municipal obrigada a publicar, no Portal da Transparência, de forma individualizada, a quantidade de horas extras realizadas pelos servidores público municipal, discriminadas por departamento bem como o valor percebido por mês.

Parágrafo único: A administração Pública aludida no caput se refere ao Poder Executivo, Poder Legislativo e Instituto Municipal de Seguridade Social – IMSS.

**Art. 2º** Fica a Administração Pública Municipal obrigada a divulgar o montante total gasto com o pagamento de horas extras.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Estância Turística de Paraguaçu Paulista/SP, 19 de agosto de 2024.

**VILMA BERTHO**

Vereadora



## **JUSTIFICATIVA**

O presente Projeto de Lei tem o objetivo central de oferecer aos munícipes informações quanto à realização de horas extras por servidores públicos municipais.

São frequentes as manifestações que questionam a realização das horas extras por servidores municipais, quanto à quantidade e sua necessidade, ou ainda questionamentos quanto à utilização do subterfúgio do pagamento de horas extras como uma via camuflada de remunerar melhor algum servidor, eventualmente protegido.

A divulgação de dados que permitam avaliar o montante, total desembolsado pela Administração Pública, sobretudo os extraordinários, se faz necessário para fins de acompanhamento da gestão pública.

A tendência de disponibilização de informações por meio da internet é irrefreável, sendo dever da Administração Pública garantir o direito de acesso as informações, de forma que a regra da publicidade deve permear a ação pública.

Ressalto que o pagamento de horas extras vem sendo objeto de apontamento por parte do Tribunal de Contas do Estado, que tem solicitado a adoção do 'Banco de Horas' aos entes públicos, a fim de diminuir os elevados gastos com o pagamento de horas extras.

Por fim, deixo claro que conforme disposto no art. 111 da LC 283/2023 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município, o pagamento de horas extras visa atender a situações excepcionais, temporárias e de interesse público, limitadas a 44 horas mensais.

Diante do exposto, apresento a presente matéria e solicito o apoio dos demais nobres Edis/Pares.

Estância Turística de Paraguaçu Paulista/SP, 19 de agosto de 2024.

**VILMA BERTHO**  
Vereadora



**Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista  
Estado de São Paulo**

**REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE  
PARAGUAÇU PAULISTA**

Lei Complementar nº. 283, de 4 de julho de 2023  
(Texto compilado até a Lei Complementar nº. 291, de 22/11/2023)

## **Seção IX**

### **Da Disponibilidade e do Aproveitamento**

Art. 70 Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

Art. 71 O retorno à atividade de servidor em disponibilidade far-se-á mediante aproveitamento obrigatório em função de atribuições, requisitos, especificações e vencimento compatíveis com o anteriormente ocupado.

Art. 72 A unidade administrativa responsável determinará o imediato aproveitamento de servidor em disponibilidade em vaga que vier a ocorrer, observado o disposto no art. 71.

Art. 73 O aproveitamento de servidor que se encontre em disponibilidade dependerá de prévia comprovação de sua capacidade física e mental para suas novas funções, por exame médico oficial.

§ 1º Se julgado apto, o servidor passará por capacitação e adaptação às suas novas funções e deverá assumir o exercício do cargo no prazo de trinta dias contados da publicação do ato de aproveitamento.

§ 2º Verificada a sua incapacidade, ou sua não adaptação às novas funções, o servidor deverá continuar em disponibilidade desde que não seja ultrapassado o período de dois anos.

Art. 74 Será tornado sem efeito o aproveitamento e extinta a disponibilidade se o servidor não entrar em exercício no prazo estipulado pelo § 1º do art. 73, salvo em caso de doença comprovada por exame médico oficial.

Parágrafo único. A hipótese prevista neste artigo configurará abandono de cargo apurado mediante processo administrativo, na forma desta Lei.

## **Seção X**

### **Da Reintegração**

Art. 75 Reintegração é a reinvestidura do servidor no cargo anteriormente ocupado ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as suas vantagens.

§ 1º Na hipótese do cargo ter sido extinto, o servidor ficará em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço, observado o disposto nos arts. 70 a 74.

§ 2º Encontrando-se provido o cargo, o seu ocupante será reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização ou aproveitado em outra função compatível, posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço, ou, ainda, exonerado nas hipóteses previstas em Lei.

## **Seção XI**

### **Da Jornada de Trabalho**

Art. 76 Os servidores cumprirão jornada de trabalho fixada em razão das atribuições pertinentes aos respectivos cargos, respeitada a duração máxima do trabalho semanal de quarenta e quatro horas.

§ 1º O ocupante de cargo de provimento em comissão submete-se a regime de dedicação integral ao serviço, podendo ser convocado sempre que houver interesse ou necessidade da Administração.

§ 2º A critério da Administração e sempre que houver interesse, o servidor estudante poderá ter sua jornada de trabalho reduzida em uma hora.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica a duração de trabalho estabelecida para categorias profissionais com regulamentação específica.

Art. 77 Os horários de trabalho dos servidores municipais serão fixados pelos respectivos Poderes e Entidades da Administração Indireta, observado o disposto nos incisos VI e VII do art. 114 da Lei Orgânica do Município.

§ 1º Poderá o excesso de horas em um dia ser compensado pela correspondente diminuição em outro dia, em sistema de banco de horas, desde que não exceda no período de um ano, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas e não seja ultrapassado o limite máximo de doze horas diárias.

§ 2º O sistema de banco de horas previsto no § 1º deverá ser regulamentado pelo Chefe de cada Poder e a compensação das horas excedentes deverá ocorrer dentro do ano em que foram realizadas.

§ 3º Em qualquer hipótese de desligamento do servidor sem que tenha havido a compensação integral das horas inseridas no sistema de banco de horas, o servidor terá direito ao pagamento das não compensadas, calculadas nos termos dos arts. 110 e 111 com o valor na data do desligamento.

§ 4º Havendo acordo escrito entre o servidor e seu superior hierárquico imediato autorizado pelo Secretário Municipal da área ou Chefe de Gabinete da Presidência da Câmara Municipal, poderá ser realizada a compensação das horas excedentes em outro dia no mesmo mês, observado o limite da jornada diária de trabalho estabelecida.

§ 5º Demonstrada imperiosa necessidade do serviço, poderá ser estabelecida escala de trabalho de doze horas seguidas por trinta e seis horas ininterruptas de descanso, observados ou indenizados os intervalos para repouso e alimentação que não poderão ser inferiores ao período de uma hora.

